

Retirantes cearenses na província do Amazonas: colonização, trabalho e conflitos (1877-1879)

Cearense Retirantes in the province of Amazonas: colonization, work, and conflicts (1877-1879)

Edson Holanda Lima Barboza*

RESUMO

O artigo trata da migração de cearenses para a província do Amazonas em decorrência da grande seca que afetou o Ceará entre 1877 e 1879. Acompanhamos os esforços de rearticulação de colônias agrícolas, anteriormente planejadas para receber imigrantes europeus, as quais acabaram incorporando levadas de retirantes que buscavam manter atividades similares às de seus locais de origem, com destaque para a agricultura. Destacamos ainda a segunda tentativa de construção da Ferrovia Madeira-Mamoré, frente de trabalho que, além de cearenses, incorporou também imigrantes norte-americanos, irlandeses e italianos. Questões ambientais, esgotamento financeiro, ações de resistência e desvios de recursos inviabilizaram tanto as colônias agrícolas como a ferrovia, causando o retorno dos trabalhadores estrangeiros e a insatisfação generalizada entre os nativos. As elites amazônicas passaram a direcionar as migrações para as afastadas regiões de extração de borracha, isolando e pulverizando novas aglomerações e insubordinações. Palavras-chave: colonização; trabalho; migrantes.

ABSTRACT

This article examines migration from Ceará to the province of Amazonas due to the heavy drought which afflicted Ceará between 1877 and 1879. Looked at will be efforts to reform agricultural colonies originally intended for European immigrants, which ended up incorporating waves of migrants (*retirantes*) who sought to maintain similar activities to those in their places of origin, notably agriculture. Also focused on is the second attempt to construct the Madeira-Mamoré Railway, where, as well as *Cearenses*, US, Irish, and Italians immigrants were also involved. Environmental questions, the exhaustion of money, resistance actions, and the misuse of funds undermined both the agricultural colonies and railway, causing the departure of foreign workers and generalized dissatisfaction among the natives. The Amazonian elites began to direct the migrations to the distant regions where rubber was extracted, isolating and pulverizing new agglomerations and insubordinations.

Keywords: colonization; labor; migrants.

* Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Redenção, CE, Brasil. edsonholanda@unilab.edu.br¹

A grande seca que afetou a província do Ceará entre os anos de 1877 e 1879 provocou intensas ondas de migração. Deslocamentos causaram pânico generalizado entre as autoridades. Além da derrocada econômica com a morte do gado e a quase extinção da produção agrícola, saques, motins e reivindicações por assistência pública da parte de roceiros e artistas sem trabalho quebraram completamente os padrões de controle social. Naquela ocasião, Fortaleza, a capital cearense, recebeu mais de 100 mil migrantes, chamados de retirantes, número que quadruplicou a população da cidade, de 25 mil almas. Outras cidades do litoral e do sertão passavam por situações parecidas, agravadas com o avanço de conflitos e a epidemia de varíola (Neves, 2000).

Os dirigentes cearenses, utilizando como recurso para aliviar as tensões a concessão de passagens e o estímulo à migração para outras províncias, tentaram restabelecer a ordem. As províncias situadas a oeste do Ceará – Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas – receberam a maior parte do fluxo migratório. Nos portos de chegada, os trabalhadores foram acolhidos e utilizados como força de trabalho em obras públicas, colônias agrícolas e seringais. Contudo, os desembarques constantes e os desvios de recursos públicos esgotaram a capacidade de assistência nas províncias que acolhiam os retirantes cearenses. Assim, os conflitos antes ocorridos no Ceará eclodiam novamente, causando pânico na população da Amazônia e nas sedes provinciais do Pará e Amazonas: Belém e Manaus.

O último polo de recepção de migrantes foi a província do Amazonas, situada no extremo Norte do Império do Brasil, maior unidade em extensão territorial, mas com enorme carência de trabalhadores para a produção agrícola e a extrativista. Observamos que na fase inicial das grandes ondas de migrações cearenses, após 1877, a expectativa não era necessariamente a exploração da borracha. Muitos retirantes buscavam oportunidades em atividades tradicionais, tais como a produção agrícola ou o trabalho em obras públicas. O isolamento do seringal foi um dos últimos recursos quando outras possibilidades lhes foram sendo negadas.



Figura 1 – Império do Brasil – século XIX
1. Fortaleza (CE); 2. Belém (PA); 3. Manaus (AM);
4. Santo Antônio do Rio Madeira (AM).
(Fonte: Almeida, 1868. Mapa II – Anexos. Editado pelo autor).

COLÔNIAS AGRÍCOLAS NO AMAZONAS

São raras as referências às experiências de colonização no Amazonas. Sobre a temática, Arthur Reis fez rápido registro: “Em março de 1879 ... já tinham entrado em Manaus mais de seis mil retirantes cearenses. O governo, procurando recebê-los e localizá-los como contribuições preciosas ao progresso da província, criou colônias agrícolas, duas das quais nas cercanias de Manaus”. Sobre a situação da produção agrícola, o mesmo autor afirmou: “De 1860 até a República, manifestou-se a decadência, que se acentuou dia a dia. O café, que em 1830 se expressava em 6.200 arrobas, nesse ano desceu a 270; o tabaco, em

1830 em 5.643 arrobas, caiu para 2.270”. Somente o trato com cacau, “em muitos pontos encontrado nativo, manteve-se em prosperidade”. Alguns produtos extrativistas (breu, cravo, estopa, piaçava, salsaparrilha e castanhas) mereciam destaque, mas a “todos se sobrepujava a Borracha”.²

Um dos motivos apontados para o declínio da agricultura era a fuga de braços para regiões de extração da borracha, acirrando rivalidades entre setores das elites locais. As autoridades provinciais desejavam superar o impasse com projetos que garantissem a incorporação de mais trabalhadores à Amazônia. Foi essa a conjuntura que as primeiras levas de retirantes cearenses desembarcados em Manaus encontraram, os recém-chegados pareciam ser a solução para o constante lamento contra a falta de mão de obra.

Em agosto de 1878, na “falla” de abertura do ano legislativo provincial, o presidente da província, Barão de Maracajú, anunciava a retomada do projeto de fundação de colônias agrícolas com o objetivo de resolver o frequente problema de abastecimento alimentar na região:

Na estrada aberta ao norte desta cidade, lugar escolhido pela comissão de colonização para uma colônia de estrangeiros, cuja fundação não realizou-se estabeleceram-se também emigrantes cearenses nos lotes de terras já medidos e demarcados, que ainda não estavam ocupados. Formou-se então outra colônia de emigrantes cearenses, cujo numero é de 647 pessoas divididas em 129 famílias ... Pelos desejos que manifestaram seus habitantes passou essa colônia a ser denominada – Maracajú.

Segundo a expectativa oficial, os retirantes cearenses iriam ocupar o vácuo deixado pela falta de imigrantes estrangeiros. A *Colônia Maracajú*, situada na periferia de Manaus, povoação que recebeu maior número de emigrantes no Amazonas, merece uma abordagem específica, não apenas devido à quantidade de habitantes, mas porque, da mesma forma que *Benevides* do Pará,³ foi planejada pela administração provincial amazonense como centro de produção agrícola da província, para suprir a carência de abastecimento alimentar da sua sede. Ambas foram palco de conflitos, e a proximidade em relação à capital também produziu desconforto aos gestores.



Figura 2 – Província do Amazonas:
Colônias agrícolas e Ferrovia Madeira-Mamoré

- Manaus; + Ferrovia Madeira-Mamoré (Santo Antônio do Rio Madeira);
A – Maracajú; B – Santa Izabel; C – Tauapessassú; D – Moura;
E – Carvoeiro; F – Moreira; G – Thomar; H – São Gabriel; I – Silves; J –
Maués. (Fonte: Almeida, 1868. Mapa III – Anexos. Editado pelo autor).

No Amazonas, em 1877, já se havia formado outra colônia, denominada *Santa Izabel*, situada às margens do “rio Tarumã-miry e a duas horas da capital de vapor”. Outras povoações foram estabelecidas no interior da província:

Do total arrolado, 2.781 pessoas eram do sexo masculino e 1.335 do feminino, apresentando-se um acentuado desequilíbrio de gênero, dado que pode ter relação direta com a cifra “outros destinos”, rumo aos quais provavelmente abarcavam aqueles que se dirigiam à coleta da borracha, exercício praticado geralmente por homens solteiros, ou casados que se deslocavam sem família.

Tabela 1 – População das colônias e núcleos coloniais na província do Amazonas. 1877-1878 ⁴

Maracajú	647	Carvoeiro	122	Silves	45
Sta. Izabel	231	Moreira	50	Maués	58
Tauapessassú	89	Thomar	60	Outros destinos	2.688
Moura	137	S. Gabriel	9	Total:	4.136

Considerando o levantamento exposto pela administração anterior, que registrou a introdução de “827 emigrantes cearenses”, temos “um número total de emigrantes vindos para esta província de 4.963”, para o período de 1º de junho de 1877 a 20 de agosto de 1878.

Apesar de supostamente a maioria dos “emigrantes” ter se dirigido para os seringais do Amazonas, nossa análise é focada em áreas de colonização e em obras públicas, cenários significativos para se perceber o campo de possibilidades que a província oferecia. Na colônia *Santa Izabel*, por exemplo, a administração provincial construiu até mesmo uma escola para meninos, direito que os filhos dos retirantes mais pobres dificilmente possuíam na província de origem. Quando surgiram “alguns casos de varíola”, foi designado o “inspector da Saude Publica” para acompanhar pessoalmente a assistência aos enfermos. Aparentemente o Executivo provincial não media esforços para dar suporte ao sucesso dos planos de colonização.

O maior desafio, porém, consistia em adaptar regiões de matas e florestas fechadas às atividades agrícolas. Além da questão das áreas sujeitas à cheia dos rios, havia outras ameaças à fixação da agricultura regular, dentre as quais a presença de formigas: “Mais desenvolvida e florescente estaria a colonia Santa Izabel, se as suas terras não estivessem minadas da formiga denominada – sauba –, que tem causado não pequenos prejuizos destruindo as plantações de modo que alguns emigrantes as teem abandonado”.

A política de assistência aos retirantes foi financiada com os recursos de “Socorros Públicos”, cifra que permitia a abertura de créditos não previstos no orçamento provincial e o repasse das verbas via Ministério do Império. Gastos significativos foram realizados com a inauguração de uma enfermaria para emigrantes enfermos e de uma “hospedaria dos emigrantes cearenses no antigo Estabelecimento dos educandos”, ambos em Manaus. O auge da emissão de créditos na província do Amazonas ocorreu entre março de 1878 e agosto de

1879, período em que a província foi administrada por Rufino Eneas Gustavo Galvão, o Barão de Maracajú, político liberal que, na “falla” em agosto de 1878, afirmou “que de nenhum dos emigrantes tenho recebido reclamação”.

Enquanto o Barão valorizava seus projetos e acumulava capital político junto aos novos habitantes, o periódico conservador *Jornal do Amazonas*, porta-voz da oposição, em 4 de agosto de 1878 editou nota intitulada “Organização da Meza Parochial”, com denúncias contra beneficiamento privado, desvio na aplicação dos recursos públicos e utilização de colonos em disputas eleitorais da província: “o tenente honorario, fiscal da intruza camara municipal, partito hontem para a colônia Maracajú a fim de trazer 200 retirantes cearenses que ahi se acham colonisados por conta do governo, todos armados de cacete, para ensinar aos conservadores as praticas liberaes”. Além dos aliados enviados pela *Colônia Maracajú*, outros cinquenta teriam sido enviados pela *Colônia Santa Izabel* com o mesmo objetivo.

Os embates entre políticos liberais e conservadores e o envolvimento de retirantes cearenses estavam em evidência. O *Jornal do Amazonas* publicou, em sua edição de 27 de outubro de 1878, polêmica matéria criticando as ações relacionadas à política de colonização. Visando colonos cearenses como os principais aliados da administração provincial, buscou desqualificar a colônia e os próprios moradores. O artigo intitulado “Resultado d’um passeio n’um domingo a colonia Maracaju” causou bastante repercussão entre os colonos: “Que miséria! Nunca julguei ser testemunha de scenas tão vergonhosas, como as que vi na colonia Maracajú, no entretanto que na cidade propala-se que esta colonia é um *brilhante futuro* para a província! Queira Deus que não seja cóva de cáco!”. Na matéria assinada por “João Faribundo Mocó”, o narrador seguia “horrorisado”, descrevendo a visita:

Logo no principio da colonia encontrei um grupo de emigrantes com um grande numero de garrafas vacias com as boccas espetadas no chão, e outras tantas cheias de caxaca pendurados n’umas estacas. No meio d’este grupo haviam quatro baralhos de cartas e algum dinheiro em cobre. Todos jogavam! ... Chegando mais adiante encontro outro grupo: este fazia um barulho que parecia um baile carnavalesco! ... No meio d’este grupo havia um velho cocho que tocava rabeca, um rapazote uma guitarra, e mais alguns typos com outros instrumentos.

O tom jocoso do relato buscava produzir, a todo momento, uma imagem negativa a respeito dos migrantes – embriagarem-se, serem afeitos à jogatina

e às festas não eram exatamente as qualidades que se poderiam esperar de um povoado responsável por impulsionar a agricultura. Mas o que esperava *Fari-bundo Mocó*? Realizou sua visita em pleno domingo, dia de lazer para os colonos; não estava em um mosteiro, mas sim em uma aglomeração de homens e mulheres no meio da floresta, distantes de seus familiares e locais de origem. Nada mais legítimo do que utilizarem o momento para seus divertimentos.

A prática de jogos como forma de lazer parecia estar arraigada em diversos segmentos da sociedade. Segundo Mary Del Priore: “Desde os tempos coloniais, a presença de baralhos, tabuleiros de xadrez e gamão nos inventários e testamentos confirma a vontade de reunir e se divertir com familiares e amigos ... ou seja, jogava-se, e muito. Estavam na moda: bilhar, dados, gamão, carteados. Baralhos com pinturas coloridas se tornaram febres” (Priore, 2013, p.22).

Qual a intenção em criticar práticas tão corriqueiras? A matéria publicada na folha conservadora amazonense desprezava tais sociabilidades e ainda produzia argumentos úteis com o intuito de questionar a efetiva necessidade de utilização de recursos públicos para alimentar aquela gente: “vi uma grande mesa corrida com um lauto jantar, no qual havia um magnífico porco assado, um quarto de carneiro, um fiambre bem preparado com rodas de limão ... galinhas assadas, guisadas e finalmente – o diabo a quatro!”. Após presenciar um “festim de balthasar”, *Mocó* teria retornado à “cidade jurando nunca mais voltar a aquele inferno, do qual é fogueira os cofres do governo!”. Em seu discurso, os únicos beneficiados com os recursos de socorros eram os migrantes, alimentados às custas do governo. O diretor estava insatisfeito, chegando a rejeitar as sementes que recebera, “umas por estarem podres e outras seccas”, já os engenheiros estavam “indignados, porque a thesouraria mandou que elles entrassem com a importância do rancho que lhes foi feito”. Fornecedores criticavam a regularidade de pagamentos. Enfim, após listar os descontentamentos, finalizou chamando à responsabilidade o presidente da província, seu verdadeiro alvo.

O impacto da divulgação da matéria “d’um passeio n’um domingo a colônia Maracajú” ensejou um clima de descontentamento entre os moradores da colônia e a folha conservadora, provocando embates que poderiam ter sido aproveitados por políticos liberais para golpear seus rivais.

Foi o que provavelmente ocorreu na invasão da tipografia responsável pela impressão do *Jornal do Amazonas*. Na noite do dia 29 de outubro de 1878 (2 dias após a publicação do “passeio”), por volta das 7 ou 8 horas da noite, alguns sujeitos que não puderam ser identificados deixaram destruídos “4 ou

6 montes de typos, 2 cavalletes quebrados e alguns caixotes fora dos seus lugares”. A informação foi transmitida ao Ministério da Justiça pelo presidente do Amazonas, que, no início da correspondência, manteve uma abordagem duvidosamente protocolar ou cometeu ato falho ao afirmar que tinha “a honra de communicar” ao ministro sobre o atentado. Logo em seguida, apesar de lamentar “revoltante facto”, apontava o perfil do periódico conservador: “o jornal, que nesta typografia se imprime sempre tem offendido á diversas pessoas nos seus artigos e é muito provável que em represália, algum dos offendidos” tenha praticado o ataque. Depois de lançar tal hipótese, tentou se livrar das suspeitas que o vinculavam ao evento: “parecendo gratuita e calculada a desconfiança de que fosse isso efeito da política, porque esse jornal sempre esteve em opposição a actual situação, uzando de linguagem inconveniente e desregrada e só agora é que esse facto se deu”.⁵

Os maiores ofendidos, nas edições próximas ao “attentado”, foram exatamente os colonos de *Maracajú*. O primeiro informe dado pelo chefe do Executivo provincial dirigia as desconfianças contra os emigrantes cearenses. Dois meses depois e sem avanços nas diligências policiais, o Barão reclamava da posição do *Jornal do Amazonas*, responsabilizando o periódico pela posição de criminalização assumida ante os colonos: “Esse jornal insiste em relacionar esses factos com as correspondências que sob a epigrafe – resultado d’um passeio num domingo a colonia Maracajú – publicou em seu nº 288”.⁶

O caso do atentado à folha conservadora amazonense é sintomático da representação dos retirantes cearenses que as elites políticas locais propalavam, vistos como manipuláveis e massa de manobra. Pontualmente, a invasão acabou sendo de mais serventia para o Barão de Maracajú e os políticos liberais, que conseguiram intimidar seus opositores. Quanto aos colonos, para quem nem todo dia era domingo, cabia o retorno aos trabalhos em obras públicas na capital e na continuidade da preparação de terrenos para o cultivo, mesmo com as restrições, das quais a qualidade das sementes oferecidas foi um agravante.

A circulação de migrantes entre a colônia e a capital, fosse em trabalhos públicos ou em embates eleitorais, era vista com ressalva por setores da elite local. O uso dos migrantes como arma de pressão contra os adversários era uma operação perigosa, pois conhecer as estradas e os caminhos que ligavam as colônias à capital e participar do cenário político como coadjuvante poderia ser o primeiro passo para que, ao menor sinal de instabilidade, os migrantes formulassem suas pautas específicas, à revelia de quem estivesse à frente da administração pública.

Os colonos não mantinham vínculos ideológicos diretos com liberais ou conservadores, atuando em uma constante negociação por vantagens. Após muitas pressões, o Barão de Maracajú deixou a direção da província em agosto de 1879, aplicando ordens de suspensão de socorros: “declarei à comissão de colonização que não effectuasse despeza alguma do dia 1º de agosto em diante”, medida que poupava, temporariamente, as colônias mais antigas “Maracajú e Santa Izabel, por não disporem de recursos para se manterem, porquanto perderam as suas plantações de milho e feijão estragados pela lagarta, e não podem dispor dos recursos de pesca como nos outros núcleos”.⁷ A administração seguinte limitou mais ainda a política de assistência aos colonos.

Em setembro de 1879, a comissão de colonização foi dissolvida e as ordens de restrição de socorros prosseguiram, provocando a reação dos moradores de *Maracajú*, que chegaram a enviar um abaixo-assinado à Presidência. Solicitaram a continuidade da assistência para todos até janeiro do ano seguinte, tempo de uma nova colheita, pois as que tinham cultivado estavam perdidas, dada a “pouca propriedade do terreno para plantações que fizeram, como porque as que vingaram foram destruídas por lagartos e insectos”. Solicitavam-no, ao mesmo tempo em que realizavam ameaças, afinal a continuidade dos socorros buscava evitar

que mal aconselhados pela fome ou por algum mal entencionado se determinem a lançar mão de meios violentos para obter o que pretendem e que se julgam com ... direito, como já tem manifestado, collocando assim, esta presidência em serias difficuldades para contel-os, visto não dispor de força publica. Devo ainda declarar a V. Exª que além da representação junta não há dia nenhum que verbalmente iguais deixem de ser feitas individualmente.⁸

Eclodiu um clima generalizado de descontentamento nas colônias e nos núcleos do Amazonas, semelhante aos que ocorreram nos abarracamentos do Ceará ou nas colônias maranhenses e paraenses anteriormente. Em *Maracajú*, durante o ano de 1879, só continuariam a receber diárias aqueles que estivessem estabelecidos há menos de um ano:

Na colonia dita e na de Santa Izabel muitos dos colonos perderam inteiramente as suas plantações, outros tem plantações mas d'ellas ainda não tiram a sua subsistência; e outros nem plantaram ... hoje pela suspensão das diárias mal pôdem subsistir. Muitos teem sido as petições trasidas á presidência pedindo socorros, que a presidência lhes não pode dar. Alguns querem repatriar-se ou seguir para o

Pará, ou para o interior da província. Tenho-lhes mandado dar passagens e acho conveniente a continuação desse expediente: porque não são os retirantes laboriosos, e que tem o princípio de estabelecimento, os que se retiram.⁹

Com a manifestação de descontentamentos e reivindicações por parte dos retirantes cearenses, a expectativa positiva inicial produzida para representá-los foi sendo substituída pelo discurso do pavor quanto às ações de transgressão e ameaças aos poderes público e privado. Os dirigentes amazonenses percebiam a necessidade de se afastar as aglomerações da capital. Mas como ou para onde, já que não havia recursos suficientes para pagar passagens de retorno para todos e o Amazonas estava nos limites da fronteira do Império?

NOS TRILHOS DA FERROVIA MADEIRA-MAMORÉ

Enquanto os planos de colonização entravam em crise, a principal obra pública articulada para a província seguiu trajetória similar. Tratava-se do projeto de construção da Ferrovia Madeira-Mamoré, esforço que passou por pelo menos três momentos. Em 1872, a primeira tentativa havia falido por falta de financiamento. Tratamos da segunda fase, desenvolvida entre os anos de 1878 e 1879, que além da dificuldade de financiamento, enfrentou greves e resistências impostas por trabalhadores estadunidenses, irlandeses, italianos e, por fim, cearenses. A terceira, efetivada entre 1907 a 1912, foi a mais conhecida graças às pesquisas de Francisco Foot Hardman.¹⁰

A segunda tentativa, fase que recebeu pouca atenção da produção historiográfica, foi anunciada pelo Barão de Maracajú, em sua “falla” ao legislativo provincial, a 25 agosto de 1878, com “a mais viva satisfação”, proclamando que “tão importante via férrea está sendo construída”. Por acordo entre o Império brasileiro e a República da Bolívia, foram levantados financiamentos com bancos ingleses que garantiriam a contratação da firma norte-americana P.&T. Collins, da Filadélfia, responsável pela condução da obra.

Iniciando a parceria entre o governo brasileiro e empresários norte-americanos, o vapor estadunidense *Mercedita* deixou o porto da Filadélfia em 2 de janeiro de 1878, seguindo em direção ao norte do Brasil. A ocasião despertou “interesse nacional, pois, pela primeira vez na historia norte-americana”, partia expedição com material próprio, “financiada com dinheiro nosso e dirigida por patrícios, para executar, no estrangeiro, obra publica de grande vulto”. Entre seus 227 passageiros, seguiam 54 engenheiros, “almoxarifes, apontadores

e escriturários. Velhos capatazes irlandeses que há muito trabalhavam para os irmãos Collins”, além de “carpinteiros, mecânicos e grande número de lenhadores das matas da Pensilvânia compunham o resto da leva humana” (Craig, 1947, p.74-76). O grupo estava destinado a planejar o início das atividades e era composto por trabalhadores qualificados e experientes.

Um segundo navio, o *Metropolis*, partiu dos Estados Unidos no fim de janeiro. Aparentemente os encaminhamentos ocorriam conforme o planejado. Contudo, o navio naufragou em 31 de janeiro com aproximadamente 250 passageiros a bordo, além de quinhentas toneladas de trilhos, a maioria destinada às obras da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. O acontecimento interferiu na continuidade da empreitada, tendo sua repercussão na imprensa norte-americana dificultado a continuidade do recrutamento de homens com conhecimento prévio na área da construção de ferrovias, característica comum aos embarcados no *Mercedita* e *Metrópolis*.

Frente à oposição imposta por trabalhadores experientes e qualificados após o sinistro acontecimento com o *Metropolis*, os irmãos Collins recorreram a amplas campanhas de mobilização voltadas a trabalhadores pobres dos Estados Unidos, incluindo negros e desempregados sem qualificação específica:

MEDO DE IR PARA O BRASIL – CONTRATADORES DE ESTRADA DE FERRO TENTAM CONSEGUIR TRABALHADORES DE COR EM WASHINGTON E VIRGÍNIA – OS HOMENS ESTÃO UM TANTO APREENSIVOS. Washington, 9 de maio – Os Srs. Collins & C^o, contratadores da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, tem mantido um agente em Washington há vários dias com o propósito de contratar trabalhadores de cor para trabalhar naquela estrada; mas, apesar de a cidade estar cheia de gente de cor desempregada, grandes dificuldades tem-se encontrado para convencê-los a deixar o distrito ... oferecem bons salários, contrato por dois anos e despesas de ida e volta à América do Sul. Tanto que eles têm obtido o compromisso de apenas 125 trabalhadores dispostos a partir daquela cidade, enquanto gostariam de assegurar 250. O principal obstáculo parece ser o medo entre os homens de cor de, após chegarem à América do Sul, serem escravizados e compelidos a lá ficarem, ainda que venham a não gostar do lugar e do trabalho.¹¹

A permanência da escravidão de africanos e seus descendentes no Brasil constituía obstáculo concreto para se atrair a “população de cor” norte-americana, que temia ser submetida ao cativeiro em terras da América do Sul.

Antes do esforço de mobilizar trabalhadores afro-americanos, os empresários recorreram aos imigrantes pobres que naquele momento desembarcavam aos milhares nos portos dos Estados Unidos. Assim, em 14 de fevereiro de 1878, deixou a costa norte-americana rumo ao Brasil o vapor *City Of Richmond*, com “447 passageiros. Além de grande quantidade de bagagens, provisões e suprimentos diversos, o navio carregava 620 toneladas de trilhos e 235 de carvão” (Craig, 1947, p.170).

Dois meses depois, o *Jornal do Amazonas* editou em seu noticiário, em 11 de abril, a nota intitulada “Diligência policial”, em que descrevia o descontentamento por parte dos operários quanto à baixa remuneração, jornadas de trabalhos extensas e a falta de salubridade: “um crescido numero dos referidos operários julgando insignificante o salário por que se haviam contractado, tinham feito greve e exigido o augmento do mesmo salário, e que nessa ocasião um tiro de revolver fora desfechado sem que ninguem fosse por elle ferido”.

Relatos de engenheiros norte-americanos revelam apreciação negativa a respeito da leva de trabalhadores transportados pelo *Richmond*: “Os operários que chegaram pelo *Richmond* eram bastante inferiores aos que desembarcaram do *Mercedita*. O sinistro naufrágio do *Metropolis* cerceara o entusiasmo dos operários que melhor se adaptariam às condições de trabalho na América do Sul”. Os agenciadores partiram para “arrebanhar braços nos bairros pobres de várias de nossas grandes cidades. Os italianos ... desde o início, se revelaram verdadeira súcia de vagabundos; vários jornais anteviram aborrecimentos ... antes que o *Richmond* tivesse passado os cabos do Delaware”. O engenheiro ainda responsabilizava os operários, pois, na “Filadélfia mostraram-se dispostos a trabalhar por qualquer salário ... mas, ao chegarem a Santo Antônio, percebendo que os hábeis norte-americanos e irlandeses ganhavam muito mais, seu descontentamento e indignação logo culminaram em franca revolta”. Ao desembarcarem no canteiro de obras, “os italianos tiveram como tarefa proceder às escavações necessárias ao leito da linha, em Santo Antônio, mas, quase imediatamente, abandonaram o trabalho e exigiram aumento de salário, de um e meio para dois dólares diários, inclusive alimentação” (Craig, 1947, p.199).

Com a insatisfação, muitos operários estrangeiros começaram a abandonar a obra, buscando chegar às capitais do Amazonas e do Pará, com a intenção de retornar aos Estados Unidos. Diante de tamanhas adversidades com trabalhadores estrangeiros, os irmãos Collins procuravam alternativas para suprir a necessidade de mão de obra. O ritmo lento dos serviços e a circulação de denúncias feitas por operários que retornavam já eram do conhecimento dos

financiadores londrinos. Era necessário manter a obra em andamento para se evitar qualquer represália ou até mesmo a desistência de bancos e investidores.

Nesse contexto, surgiu a proposta de mobilizar trabalhadores nacionais. Para tanto, “o empresário Thomaz Collins” contratou “com o cidadão José Paulino won Hoonholtz a introdução de 600 trabalhadores do Ceará”. No fim de julho de 1878, deixou o porto de Fortaleza, em direção a Santo Antônio do Rio Madeira, um grupo de trabalhadores retirantes mobilizados entre os abaracamentos da capital cearense.

Os conflitos não demoraram a aparecer, manifestando-se ainda durante o trajeto: “Logo que chegaram ao porto de Belém tiveram de lidar com a falta de comida, pois não havia ‘dinheiro nem créditos’ – como, entretanto, havia sido previamente acordado – para o fornecimento de gêneros alimentícios na capital paraense”. Comerciantes paraenses “recusaram-se a embarcar víveres no *Purus*, ‘ocasionando tal notícia uma revolta’ entre os retirantes. Hoonholtz foi obrigado, num esforço por disciplinamento, a se desfazer de 115 dos cearenses contratados, deixando-os para trás no porto de Belém”. Segundo o contratante a “revolta era capitaneada pelo célebre e conhecido no Ceará Inácio Azevedo Jacuana”. Não bastassem os problemas com abastecimento, a demora da viagem provocava mais irritação entre os retirantes. Em “17 de setembro ainda estavam a caminho, esperando uma nova embarcação em Manaus porque o *Purus* não podia ‘subir o rio em consequência da vazante’. Quando finalmente chegaram em 30 de outubro a Santo Antônio do Madeira” (Barboza; Candido, 2012, p.6), desembarcavam exaustos e debilitados para o início dos trabalhos.

Ao chegarem a Santo Antônio, o andamento da obra já estava comprometido. Os atrasos no envio de recursos provocavam irregularidade nos pagamentos de operários, empreiteiros e fornecedores, causando inclusive rivalidades entre os irmãos Collins e Hoonholtz. O responsável pelos contratos enviou correspondência ao presidente do Ceará, lamentando o desenrolar dos eventos, reclamando do descontrole de contas e pagamentos:

chegamos ao dia 15 de novembro e dia do seguinte pagamento, igual scena senão peor se apresentou, e estes americanos que são homens de muita má fé, durante este tempo, trabalhavão por tôdos os meios para me porem fóra do contracto falsificando contas correntes, e mandando-as mostrar aos meus apontadores, dizendo que eu não tinha saldo na casa, por conseguinte não recebião dinheiro ...

que me abandonassem e fôsem ter contratos com elles, descobrindo esta infâmia pedi minha conta achei uma traficância de 3011 dolar ... tenho quatro contas em meu puder, todas as quatro estão falsificadas emendadas.¹²

No fim de novembro de 1878, as baixas já eram significativas, pois “o numero de pessoas que trabalham na estrada caiu para 11 engenheiros, cerca de 150 norte-americanos e 325 cearenses”. Dos nativos, lamentava um dos engenheiros: “não conseguimos que muitos dos cearenses voltassem ao trabalho” (Craig, 1947, p.376).

As doenças e a mortalidade não foram as únicas responsáveis pela redução de pessoal em Madeira-Mamoré. A trajetória de organização e lutas travada por imigrantes estrangeiros que possuíam vivências urbanas, talvez até inserção em movimentos operários, e as demandas dos retirantes que passaram por uma série de privações desde sua partida de Fortaleza e que também se mobilizaram em motins, produziram uma nova *zona de contato*,¹³ em que experiências, expectativas e projetos foram compartilhados. Desde a chegada, os cearenses já haviam sido alertados por italianos e norte-americanos sobre a dinâmica do trabalho e as irregularidades em relação ao pagamento dos salários:

De conformidade com o contracto, tinham de fazer o primeiro pagamento dos trabalhos dos dias de setembro, em 15 de outubro, mas tal pagamento se fez, os trabalhadores que estavam intensamente desanimados por tudo quanto lhes diziam os trabalhadores italianos e americanos que a sete meses não recebem um real, e aqui elles tiriam a mesma sorte que o melhor era não trabalharem, negão-se a continuar no trabalho.¹⁴

Com as seguidas sabotagens e insatisfações de trabalhadores nacionais e estrangeiros, a empresa que administrava a construção da estrada de ferro “começou a lutar com sérios embaraços”, sem condições “de pagar os salários devidos, o que causou grande descontentamento, entre trabalhadores que começaram a procurar todos os meios de deixar o serviço em Santo Antonio”. O relatório apresentado pelo presidente do Amazonas, em março de 1880, indicava o destino dos cearenses: “depois retirou-se também o contractante dos trabalhadores cearenses ... Esses trabalhadores ficaram ali, pela maior parte, doentes e completamente baldos de recursos, pelo que tiveram de ser transportados para esta capital”.¹⁵

Hoonholtz, antes de partir, ainda tentou encaminhar alguns homens para atividades produtivas no Amazonas: “arranjei com o Boliviano D. Santos Macedo, um Sítio chamado Crato para levar cem homens, e depois vindo buscar os outros no caso que o Exmo. Barão de Maracajú não dê providencias fazendo-os trabalhar na lavoura e na extracção de produtos naturais”.¹⁶ Entre os “produtos naturais” extraídos, a borracha ocupava papel central. Os seringais podem ter incorporado parte do pessoal que abandonou os canteiros de obras da Madeira-Mamoré.

Na capital Amazonense, em fevereiro de 1879, o Barão de Maracajú comunicou ao Ministério do Império a chegada de “122 trabalhadores que ali se achavam doentes e a minguar recursos”; gente que fazia parte dos “contractados na Provincia do Ceará por José Paulino won Hoonhotz para os trabalhos da referida estrada de ferro, foram recolhidos no edifício, que servio de estabelecimento de educandos artifices, onde são tractados do melhor modo possível”.¹⁷ Após avaliação médica, alguns podem ter seguido em direção aos núcleos coloniais amazonenses, onde devem ter compartilhado as experiências acumuladas nos canteiros de obras da ferrovia e os contatos estabelecidos com os imigrantes estrangeiros.

Não por acaso, em outubro de 1879, o Executivo provincial comunicou ao Ministério da Justiça um quadro preocupante, destacando que a suspensão “das diárias aos retirantes cearenses tem collocado esta capital em perigo real, porque não temos absolutamente força armada para conter qualquer movimento ... gerado pela fome e pelo habito de vadiar adquirido por uma grande parte, quando socorridas pelos cofres”. A redução do contingente policial não surgiu como único motivo de desconforto, a própria composição da polícia aumentava os temores: “A tropa de linha é insufficiente para a guarnição das fronteiras e a policia é diminuta para os destacamentos e tirada exclusivamente d’entre os mesmos retirantes”. Com a significativa presença de retirantes cearenses entre as tropas da Polícia Provincial, tornava-se difícil cumprir as ordens de repressão contra as aglomerações.

Romualdo Paes d’Andrade apontou ainda peculiaridades da capital amazonense: “Muitos não achando em que empregar-se n’esta capital, onde a vida é mais difficil e cara de que qualquer parte do império, me tem vindo pedir passagem para a província do Pará”.¹⁸ A transferência dos retirantes ao Pará era limitada pela capacidade dos vapores e também pelos custos com pagamento de passagens e a oposição da administração paraense, que sofria

pressões dos colonos de *Benevides* e daqueles que continuavam a desembarcar em Belém, oriundos do Ceará, durante todo o ano de 1879.

Como todos os paliativos propostos não alcançaram sucesso, restava recorrer à violência oficial para tentar barrar aqueles que ameaçavam a “tranquilidade publica” de Manaus. Para tanto, havia-se solicitado ao presidente do Pará o envio do “11º batalhão de infantaria”, que meses antes já deveria ter estacionado na capital do Amazonas. A resposta obtida do colega paraense não foi nada favorável: “É impossível satisfazer a sua requisição, relativamente a marcha da ala direita do batalhão de infantaria em vista das circunstâncias havidas n’esta capital com os retirantes estabelecidos no núcleo colonial de Benevides”.¹⁹

As constantes ameaças e boatos de que retirantes iriam invadir a sede dos governos provinciais em Belém e Manaus demonstravam os riscos de se manter colônias de povoamento com trabalhadores nacionais próximas aos centros urbanos. Se a proximidade foi pensada inicialmente como positiva, pois facilitaria o escoamento da produção agrícola para as capitais amazônicas, em poucos meses as administrações passaram a ter outro entendimento. Para as elites locais, quanto maior fosse a distância mantida em relação aos retirantes insubordinados, melhor.

Apesar do discurso supostamente liberal argumentando que só mereciam remuneração aqueles que trabalhassem – evitando-se assim o estímulo à ociosidade porventura gerada pela assistência gratuita –, responsabilizar os migrantes pelo fracasso da construção da ferrovia ou das experiências de colonização agrícola foi o caminho mais fácil para se fugir das responsabilidades prévias que deveriam ter sido asseguradas: fornecimento de sementes de qualidade e estudos relativos às condições do solo, sem falar nos desvios de recursos praticados por encarregados indicados pelo governo provincial.

FIM DE LINHA?

Analisamos como os retirantes não se submeteram aos mandos das administrações provinciais. Quando seus interesses estiveram em risco, partiram sem cerimônia para ameaças e conflitos que obrigaram os dirigentes à manutenção temporária da assistência; todavia, os eventos daquele ano de 1879 deixaram marcas na memória de elites locais, que passaram a temer a presença de migrantes cearenses nas proximidades das capitais; talvez pela permanência

do pavor latente desde os tempos da *cabanagem*, quando a atuação em massa de mestiços nacionais pôs em risco a hegemonia da elite branca e a tradição eurocêntrica.

Além de impedir novas aglomerações nas capitais, também era importante neutralizar o possível peso político dos novos habitantes que conseguiram se estabelecer, de modo que a reforma eleitoral de 1881²⁰ foi bem recebida pelas elites políticas amazônicas. Ao impor novos critérios para a qualificação de eleitores, a legislação reduziu a quantidade de votantes e, por consequência, limitou as frágeis brechas de negociação de apoios e interferências no jogo eleitoral que os retirantes cearenses encontraram naqueles anos de 1878 e 1879, fator que subtraía parte do poder de barganha que as populações pobres livres exerciam.

Belém, Manaus ou Madeira-Mamoré não foram o fim da linha para aqueles migrantes, pois muitos continuaram circulando pelas ribeiras, procurando ocupação nas estradas de seringa. Outros passaram a circular entre as capitais amazônicas em busca de ocupações, formando a periferia das cidades e novas povoações. Houve ainda aqueles que perseguiram o retorno para o Ceará. Em todas as circunstâncias, os migrantes cearenses contribuíram para o crescimento populacional e mantiveram o costume de, a cada nova decepção, permanecerem em deslocamento, movidos pela expectativa de melhores condições de vida.

Porém, a permanência de cearenses em cenários urbanos da Amazônia enfrentou forte oposição, principalmente a das campanhas de combate à “ocio-sidade”, à “mendicância” e à “vagabundagem”, que legitimavam a posição de só se fornecer qualquer benefício aos migrantes que retribuíssem com trabalho, mesmo que em condições degradantes e insalubres.

Dessa forma, a conjuntura após 1877 foi fundamental para se consolidar, ao longo da integração do Pará e do Amazonas, políticas de defesa de uma suposta modernização que implicava supremacia da cultura eurocêntrica, brotando em uma sociedade nova, ordenada e livre de conflitos.²¹ Perspectiva que produziu representações elitistas desde fins do século XIX, quando o protagonismo das mudanças foi atribuído à borracha e não aos próprios trabalhadores, dentre os quais os numerosos grupos de cearenses migrantes, que coletavam a seringa em meio às matas, ou executavam grandes obras de embelezamento urbano, tais como a construção de teatros, passeios e demais prédios públicos.

Com a limitação da assistência às colônias agrícolas e dos contratos em obras públicas, muitos migrantes buscaram alternativas de inserção social como, entre outras, a incorporação às forças policiais. O periódico conservador paraense *A Constituição* informava, em edição publicada em 7 de fevereiro de 1878, o desembarque em Belém de:

26 cearenses vindos do ultimo paquete do sul com destino á guarda policial do Amazonas e para esse fim mandados contratar pela respectiva presidência. Esses contractados vem todos com família o que augmenta consideravelmente a despeza que com elles faz aquela província, por cuja conta correm as passagens e comedorias.

O reduzido contingente policial foi um dilema presente em todas as províncias. De acordo com a correspondência de delegados e subdelegados, a falta ou insuficiência de *praças* era a reclamação mais comum; porém, no Amazonas, por ser a província mais jovem, carente de estrutura burocrática e isolada geograficamente, a situação soava mais alarmante. Além dos problemas logísticos – fronteiras praticamente indefinidas e bastante extensas, falta de flotilhas e botes para circular entre os rios –, o grande obstáculo ao engajamento de homens era de fato a remuneração. O comandante da Guarda Policial do Amazonas, em fevereiro de 1878, lamentou “os minguados vencimentos de mil réis diários”, avaliando que seriam “por demais diminutos para despertar a cobiça para afluência de voluntários filhos de outras províncias”.²² Sem novos estímulos econômicos ou uma situação extraordinária que estimulasse a ida de “filhos de outras províncias” ao Amazonas, o contingente policial da província permaneceria irrisório. Para sorte do comandante, com o fechamento do Piauí e do Maranhão à entrada de novos migrantes e o estrangulamento da estrutura montada pelo Pará no decorrer do ano de 1878, logo não faltariam candidatos dispostos a receber os “minguados vencimentos” pagos pela província do Amazonas.

Além dos baixos rendimentos oferecidos aos guardas, recursos insuficientes colocavam em risco a garantia da chamada “ordem pública”. As delegacias e cadeias, por exemplo, eram instaladas em casas alugadas mantidas sob condições precárias que não apresentavam garantias de receber presos ou guardas para a vigilância. Além disso, por mais que o pagamento fosse baixo, o orçamento provincial era limitado, o que restringia a possibilidade de novos recrutamentos.

Mesmo assim, ao se analisar a documentação policial, as notas da imprensa e mesmo os discursos oficiais, chama atenção o volume de “cearenses” compondo as forças policiais, muitos deles guardas urbanos e praças da polícia. Aqueles que deveriam reprimir os retirantes demonstravam certa “tolerância criminosa”. As guardas provinciais sofriam também com o impacto de altos índices de deserção, o que pode ser indicativo de que a oportunidade de ingresso nas forças policiais era considerada como opção temporária ou só suportável na ausência de alternativas de inserção nos mundos do trabalho.

Entendemos o significativo engajamento às forças policiais como mais uma tentativa desses homens de continuarem ocupando os cenários urbanos, embora, com exceção das capitais Belém e Manaus e alguns centros comerciais do interior, muitas das delegacias e subdelegacias fossem localizadas em pontos de difícil acesso, distantes da capital, o que dificultava a execução de tarefas tais como perseguir escravos e outros foragidos. A aplicação da lei em oposição aos desejos de potentados locais também tornava a função bastante arriscada, elementos que, somados à baixa remuneração, estimulavam a deserção, situação que levou os governos provinciais a buscarem elaborar formas de mobilizar a contratação de novos guardas.

Aos que decidiram seguir os caminhos dos seringais, as décadas seguintes foram marcadas por inúmeras adversidades, apesar da valorização internacional do preço da borracha. O fim do Império e de sua política mais intervencionista, evidente nas constantes mudanças de cargos centrais na administração provincial, ampliou os mecanismos de exploração do trabalho nos seringais.

O pacto federativo garantiu autonomia às elites locais, que negligenciaram os esforços de manutenção de colônias agrícolas ou de povoamento, fortaleceram a especulação fundiária e direcionaram os interesses para a expansão da extração da borracha, atividade conduzida basicamente por setores associados às oligarquias estaduais. Isso foi feito pela incorporação do discurso liberal do período republicano que, por sua vez, considerava a intervenção do governo federal como algo inaceitável, o que na prática jogou milhares de trabalhadores de atividades extrativistas nas garras do sistema de comércio e de proprietários de terras, responsáveis pela administração dos seringais. Processo que, em última instância, garantiu acúmulo de riquezas para os cofres estaduais e patrões seringalistas, mas entregou os seringueiros à sua própria sorte e à exploração no sistema de aviação.²³

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Candido Mendes. Atlas do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868.
- BARBOZA, Edson Holanda Lima; CANDIDO, Tyrone Apollo Ponte. Conflitos na Madeira-Mamoré: confluências migratórias e interação étnica na luta operária, 1878. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA, III. 2012, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: Wave-Média. 2012.
- BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco-antes e além-depois*. Manaus: Ed. Umberto Calderano, 1977.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CRAIG, B. Neville. *Estrada de Ferro Madeira-Mamoré: história trágica de uma expedição*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1947.
- CRUZ, Ernesto. *A colonização do Pará*. Belém: Inpa, 1958.
- CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- DIAS, Maria Edineia Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto: Manaus (1890-1920)*. Manaus: Valer, 1999.
- GUILHON, Norma. *Os confederados em Santarém*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1975.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)*. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, USP. São Paulo, 2006.
- MELLO, Alcino Teixeira de. *Nordestinos na Amazônia*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Imigração e Colonização, 1956.
- NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará*. Fortaleza: Secult; Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- NUNES, Francivaldo Alves. *A semente da colonização: um estudo sobre a Colônia Agrícola Benevides (Pará. 1870-1889)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, UFPA. Belém, 2008.
- PENTEADO, Antonio Rocha. *Problemas de colonização e de Uso da Terra da Região Bragantina no Estado do Pará*. Belém: Ed. UFPA, 1967.
- PRATT, Mary Louise. *Olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999.
- PRIORE, Mary del. Vício, pecado ou direito? *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro: Sabin, ano 8, n.89, p.21-24, 2013.

- REIS, Arthur César Ferreira. *História do Amazonas*. (1906). 2.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.
- SARGES, Maria Nazaré. *Riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2002.
- WEINSTEIN, Barbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e de decadência. 1850-1920*. São Paulo: Hucitec, 1993.

NOTAS

¹ Doutor em História Social (PUC-SP).

² REIS, 1989, p.220-225. No caso das iniciativas de colonização no Pará, vale destacar: CRUZ, 1958; PENTEADO, 1967; GUILHON, 1975; NUNES, 2008; LACERDA, 2006. Sobre a rivalidade entre os setores agrícolas e extrativistas na Amazônia: WEINSTEIN, 1993.

³ A colônia Benevides estava localizada a cerca de 30 quilômetros da capital paraense, fixada às margens da estrada que ligava Belém a Bragança, área conhecida por estar livre de alagamentos, permitindo a produção agrícola. Fundada em 1875 para receber imigrantes europeus, em 1877, depois de não alcançar duas centenas de moradores, estava em vias de ser extinta, quando se iniciaram as migrações de cearenses, chegando a abrigar aproximadamente 9 mil em 1879.

⁴ AMAZONAS, Falla com que abriu no dia 25 de agosto de 1878 a 1ª sessão da 14ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas o exm. Sr. Barão de Maracajú, Presidente da Província. Manaus: Typ. do Amazonas, 1878. p.43-46.

⁵ ARQUIVO NACIONAL (RJ) – Série Justiça, Subsérie: IJ¹ 195 – Correspondência do Presidente da Província do Amazonas ao Ministério da Justiça, 1878. N^o 78, 1ª secção, *Ofício do Presidente Barão de Maracajú ao Ministro da Justiça, Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereria, Palacio da Presidencia do Amazonas, Manaus, 31/10/1878*.

⁶ ARQUIVO NACIONAL (RJ) – Série Justiça, Subsérie: IJ¹ 195 – Correspondência do Presidente da Província do Amazonas ao Ministério da Justiça, 1878. N^o 94, 1ª secção, *Ofício do Presidente Barão de Maracajú ao Ministro da Justiça, Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, Palacio da Presidencia do Amazonas, Manaus, 28/12/1878*.

⁷ AMAZONAS, *Exposição com que o Exmo. Sr. Barão de Maracajú Presidente da Provincia do Amazonas, entregou a administração em 26 de agosto de 1879 ao Exmo. Sr. Dr. Romualdo de Souza Paes d'Andrade*. Manaus: Typografia do Amazonas, 1879. p.10.

⁸ ARQUIVO NACIONAL (RJ) – Série: Interior, Subsérie: IJJ⁹ *102: Correspondência do Presidente da Província do Amazonas ao Ministério do Império, 1879-1881. *S/N Ofício de Romualdo de Souza Paes d'Andrade, presidente do Amazonas, dirigido ao Conselheiro*

Francisco Maria Sodré Pereira, Ministro e secretário d'Estado dos negócios do Império. Manaus, 28/09/1879.

⁹ AMAZONAS, *Exposição com que o Exmo. Sr. Dr. Romualdo de Souza Paes d'Andrade, 1º vice-presidente da província do Amazonas entregou a administração Ao Exmo. Sr. Tenente-Coronel José Clarindo de Queiroz, em 15 de novembro de 1879.* Manaus: Typ. do Amazonas, 1879. p.8.

¹⁰ Hardman situa a fase de 1878-1879, mas aborda em detalhes somente o período de 1907-1912 (HARDMAN, 1991). Há também uma publicação produzida pelo engenheiro Neville Craig, obra editada na Filadélfia em 1907. Ela reúne memórias e relatos de engenheiros dos EUA que participaram da expedição na Madeira-Mamoré em fins da década de 1870 (CRAIG, 1947).

¹¹ “AFRAID TO GO TO BRAZIL – RAILROAD CONTRACTORS TRYING TO GET COLLORED LABORERS IN WASHINGTON AND VIRGINIA – THE MEN A LITTLE SHY. Washington, May 9. – Messrs. Collins & Co., the contractor for building the Madeira and Mamore Railroad in Brazil, have had an agent in Washington for several days, for the purpose of contracting with colored laborers to work upon that road: bus although this city is full of colored people out of employment, very great difficulty has been found to induce any of them to leave the district ... offer good wages, contract employment for two years, and expenses to and from South America. Thus far They have succeeded in obtaining promise of only 125 laborers to go from this city, while they are desirous of securing 250. The principal obstacle seems to be fear among the colored people that after they reach South America they will be placed in bondage and compelled to remain there, even if they should nor like the place and the work” (Traduzido por Tyrone Apollo Pontes Cândido). *New York Tribune*, New York, May 10, 1878, “Afraid to go to Brazil”. p.1. Cf. Library of Congress. Disponível em: <http://chroniclingamerica.loc.gov/>.

¹² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ. Fundo: Socorros Públicos, Caixa 7A. *Correspondência de João Paulino won Hoonholtz ao Presidente da Província do Ceará, José Julio de Albuquerque Barros, Santo Antonio, 12/12/1878.* Anexada a esse documento consta uma lista descrevendo nome, idade, naturalidade e estado civil das seiscentas pessoas contratadas em 24/07/1878 na capital cearense.

¹³ Mary Pratt articula abordagem interessante para se pensar contatos étnicos em áreas de expansão colonial e pós-colonial. Segundo a canadense, a noção de *Zona de Contato* consiste em “uma tentativa de invocar a presença espacial e temporal conjunta de sujeitos anteriormente separados por descontinuidades históricas e geográficas cujas trajetórias agora se cruzam ... procuro enfatizar as dimensões interativas e improvisadas dos encontros coloniais, tão facilmente ignoradas ou suprimidas pelos relatos difundidos de conquista e dominação” (PRATT, 1999, p.32).

¹⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ. Fundo: Socorros Públicos, Caixa 7A.

Correspondência de João Paulino won Hoonholtz ao Presidente da Província do Ceará, José Julio de Albuquerque Barros, Santo Antonio (Amazonas), 12/12/1878.

¹⁵ AMAZONAS, *Relatório com que o exmo. Sr. tenente coronel José Clarindo de Queiroz, presidente da Província do Amazonas, abriu a 1ª sessão da 15ª legislatura da Assembleia legislativa provincial, 31 de Março de 1880.* Manaus: Typ. do Amazonas, 1880. p.19-20.

¹⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ. Fundo: Socorros Públicos, Caixa 7A. *Correspondência de João Paulino won Hoonholtz ao Presidente da Província do Ceará, José Julio de Albuquerque Barros, Santo Antonio (Amazonas), 12/12/1878.*

¹⁷ ARQUIVO NACIONAL (RJ) – Série: Interior, Subsérie: IJJ^o *101: Correspondência do Presidente da Província do Amazonas ao Ministério do Império, 1877-1879. *Nº 4 Ofício do Barão de Maracajú, presidente do Amazonas, dirigido ao Conselheiro Carlos Leoncio de Carvalho, Ministro e secretário d’Estado dos negócios do Império.* Manaus, 08/02/1879.

¹⁸ ARQUIVO NACIONAL (RJ) – Série: Interior, Subsérie: IJJ^o *102: Correspondência do Presidente da Província do Amazonas ao Ministério do Império, 1879-1881. *S/N(Reservado) Ofício de Romualdo de Souza Paes d’Andrade, presidente do Amazonas, dirigido ao Conselheiro Francisco Maria Sodré Pereira, Ministro e secretário d’Estado dos negócios do Império.* Manaus, 08/10/1879.

¹⁹ ARQUIVO NACIONAL (RJ) – Série: Interior, Subsérie: IJJ^o *102: Correspondência do Presidente da Província do Amazonas ao Ministério do Império, 1879-1881. *(Cópia) Ofício do Presidente da Província do Pará, José Coelho da Gama e Abreu, dirigido ao 1º vice-presidente do Amazonas.* Belém, 08/10/1879.

²⁰ Dentre as modificações apresentadas pela lei eleitoral de 1881, a que causou maior impacto foi a proibição do voto dos analfabetos. O número de eleitores pertencentes à população livre foi reduzido de 15% para aproximadamente 1% (CARVALHO, 2001, p.39).

²¹ Na década de 1850, a borracha passou a assumir um papel importante na economia do Pará e do Amazonas, graças ao crescente interesse da nascente indústria automobilística; esse processo centralizou Belém como porto de escoamento da produção, possibilitando uma contínua acumulação de recursos pelo recolhimento de impostos com a exportação. Isso permitiu às elites locais maior acesso a produtos e costumes europeus, vistos como modernos e civilizados, movimento que culminou na aprovação de posturas municipais em Belém e Manaus. A construção de equipamentos urbanos representava os novos padrões de comportamento e consumo, como por exemplo a ida ao Teatro da Paz de Belém, inaugurado em 1878, ou ao Teatro Amazonas de Manaus, inaugurado em 1896. “A transformação pela qual passou Belém, engendrada pela economia gomífera, significou a materialização da modernidade expressa através da construção de obras, urbanização, formação de elites, na construção de ‘um modelo ideal de sociedade moderna isento de perturbação’” Cf. SARGES, 2002, p.53. Para uma leitura do caso de Manaus no início do período republicano, ver: DIAS, 1999.

²² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS. Livro 9 – Ofícios expedidos pela Guarda Policial. *Ofício do Major Comandante José Leonildo Guedes dirigido ao Vice-presidente Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães*, Manaus, 18/02/1878.

²³ Modelo caracterizado pelo adiantamento do fornecimento de mercadorias para posterior pagamento. As “estradas de seringa”, caminhos entre as matas em que os trabalhadores seguiam coletando a seiva da seringueira, estavam situadas em regiões de difícil acesso, muitas vezes completamente isoladas e em regiões alagadas. No seringal a produção do látex girava em torno do Barracão, local onde era depositada a seiva e realizada a produção da borracha. O proprietário do barracão, chamado de patrão, possuía o monopólio do abastecimento alimentar, impondo preços mais que abusivos aos seringueiros, que acabavam acumulando dívidas enormes com a subsistência, sendo assim coagidos a continuar o processo de extração na floresta até a quitação das “dívidas”. Embora a borracha fosse bastante valorizada no mercado mundial daquele período, grande parte dos lucros ficavam acumulados com os proprietários dos barracões e as casas comerciais que realizavam a exportação; aos trabalhadores geralmente restavam doenças tropicais e débitos, geralmente impagáveis. Sobre a temática, consultar: CUNHA, 1999; MELLO, 1956; BENCHIMOL, 1977.

Artigo recebido em 6 de setembro de 2014. Aprovado em 4 de setembro de 2015.